

“Tá barato, prefeito!”: Escândalo no TJMS Revela Negociatas e Venda de Sentenças

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | outubro 24, 2024



Desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul afastados. – Foto: Reprodução – Fonte G1

Uma operação da Polícia Federal desvendou um esquema chocante de corrupção no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS). Mensagens interceptadas pela PF revelam como desembargadores, advogados e até mesmo um prefeito negociavam abertamente a compra e venda de sentenças favoráveis. A investigação, que resultou no afastamento de cinco desembargadores, expôs um verdadeiro balcão de negócios dentro do Poder Judiciário, abalando a credibilidade da instituição e levantando questionamentos sobre a imparcialidade da Justiça.

As conversas obtidas pela Polícia Federal durante a investigação são estarrecedoras. Em uma delas, o advogado Felix Jayme da Cunha, um dos principais articuladores do esquema, comemora o resultado de um julgamento: “Ganhei por 3 x 2 lá, Bolachinha, Marcão e Divoncir, oh, coisa boa hein”. Em outra mensagem, Felix fala sobre um “leilão danado” entre os desembargadores, cada um querendo receber mais propina para proferir a sentença desejada. A negociação de valores e a cobrança por decisões favoráveis eram tratadas com uma naturalidade assustadora pelos envolvidos.

Um dos diálogos mais impactantes envolve um prefeito não identificado. Ao ser informado sobre o valor cobrado para a compra de uma sentença, o prefeito questiona se seria possível

parcelar o pagamento. A resposta do advogado Felix é direta: “Não dá prefeito, é muita gente envolvida p dar certo”. A frase “Tá barato, prefeito!” resume a banalização da corrupção e a falta de escrúpulos dos participantes do esquema.

As investigações da Polícia Federal também revelam a participação direta de desembargadores nas negociatas. Conversas mostram a antecipação de resultados de julgamentos e a articulação para revogar decisões anteriores, sempre visando favorecer os interesses dos “clientes” dispostos a pagar propina. Desembargadores como Sérgio Fernandes Martins, Vladimir Abreu da Silva e Marcos José de Brito Rodrigues aparecem nas mensagens, sendo citados como beneficiários dos valores negociados.

O esquema de venda de sentenças no TJMS é um golpe duro na credibilidade do Poder Judiciário. A toga, símbolo da imparcialidade e da Justiça, foi manchada por aqueles que deveriam zelar pela lei e pela ética. A corrupção sistêmica exposta pela operação da Polícia Federal levanta questionamentos sobre a extensão do problema e sobre a necessidade de uma profunda reforma no sistema de justiça.

O afastamento dos cinco desembargadores envolvidos é um primeiro passo importante, mas não suficiente. É preciso uma investigação rigorosa e a punição exemplar de todos os responsáveis, incluindo advogados, servidores públicos e agentes políticos que participaram das negociatas. A sociedade exige uma resposta firme e a garantia de que a Justiça não está à venda.

Além disso, é fundamental uma reflexão ampla sobre os mecanismos de controle e fiscalização do Poder Judiciário. A corrupção desvelada no TJMS evidencia falhas graves nos sistemas de prevenção e detecção de irregularidades. É preciso aprimorar a transparência, fortalecer as corregedorias e criar canais seguros para denúncias e investigações independentes.

O escândalo da venda de sentenças no TJMS é um alerta vermelho para todo o país. A corrupção no Poder Judiciário corroí as bases do Estado Democrático de Direito e compromete a confiança da população nas instituições. É hora de agir com firmeza e determinação para extirpar essa prática nefasta e restaurar a credibilidade da Justiça. Somente assim poderemos construir um país mais justo, ético e igualitário para todos os cidadãos.

Fonte: [G1 – Política](#)